IMMANUEL KANT

LECCIONES DE ÉTICA

Introducción y notas de

Roberto Rodríguez Aramayo

Traducción castellana de

Roberto Rodríguez Aramayo

Y Concha Roldán Panadero

CRÍTICA

Barcelona

2002

PÁGINAS 212 ATÉ 228

Agentes e gestores públicos de todas as esferas sem nenhuma ética, tentam se livrar das responsabilidades, usando influências e a própria mídia.

Segundo KANT[2002], a ganância dos governos é agradável, quando muitos podem desfrutar da posse de uma fortuna, ou seja, quando os valores estão à serviço das pessoas e têm um fim, um propósito.

Mas nos dias atuais; Qual é o extremo ético da ganância? Qual é o critério ético empregado por políticos, religiosos, gestores públicos e agentes públicos com à mídia? Qual é o padrão de ética usado pelos homens que tentam cumprir as leis, mas eles mesmos não as cumprem? Quais as semelhanças existentes nos jovens falecidos, que à própria mídia destacou? Quais as respostas para esta tragédia anunciada e que agora "alguns" pedem para mídia esquecer? Todas estas indagações sobre a tragédia que ocorreu em Santa Maria, no dia 27/01/2013, precisam e devem ser melhor esclarecidas.

O nobre deputado federal NELSON MARQUEZAN JUNIOR, Sub-relator da Comissão Externa Tragédia em Santa Maria/RS, em seu livro lançado em NOVEMBRO de 2013: “FOGO” Grandes Tragédias, Mesmos Erros. Refere-se no seguinte erro MUITO SÉRIO: “Ilegalidade,irresponsabiliddade ou conivência de autoridades públicas na concessão de documentos autorizativos ou na função fiscalizatória”.

WALTER DE MELLO CABISTANI

CORRETOR DE IMÓVEIS

E A KISS

NÃO KISS QUE SE

FORMASSE

ADVOGADO

SAUDADES

FILHO AMADO

No dia 27/01/2013, após ás 18h, onde começou velório coletivo, notou-se um “acolhimento” de religiosos, políticos, voluntários e curiosos; que tentavam oferecer “ajuda”(registrado em jornais do mundo inteiro). O acolhimento de todos era excepcional. Porém a ficha caiu e verifiquei que as lentes das televisões e das câmeras fotográficas do mundo inteiro, estavam ali, focando minha dor, junto ao meu filho morto; e eles estavam ali pousando de bons cidadãos. Na mesma oportunidade, verifiquei a procura de muitas religiões, para o acolhimento e para arrebanhar mais ovelhas.
Um mês depois, após a polícia divulgar suas conclusões(maior inquérito já divulgado pela polícia - tudo nos altos e arquivado comigo); e após receber inúmeras mensagens, observei que os pais começaram a ser manipulados pelo ministério público de Santa Maria. Explico: Ao fundarmos a AVTSM, os órgãos públicos começaram a ter cautela no trato com os pais das 242 vítimas da tragédia(que neste período ainda não tinha atingido este número, nem o cadastrado de mais de 600 sobreviventes); pois de acidente, transformou-se em crime. Neste momento tão cruel e inusitado de nossas vidas, muitos acreditavam na justiça dos homens, mas até o momento somos como marionetes nas mãos de agentes públicos, que empurram um para o outro, sem nenhum quesito ético. Neste período em contato com pais, verifiquei coisas em comum sobre estes jovens que faleceram em conjunto.

AVTSM

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS E SOBREVIVENTES DA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA
- CONSELHO DIRETOR -

ATO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 007, DE 2 DE OUTUBRO DE 2013

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS E SOBREVIVENTES DA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

NOMEAR no cargo de DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS, o Sr. Walter Souza Cabistani.

EXONERAR do cargo de DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS, o Sr. Leocarlos Oliveira Becker.

ADHERBAL ALVES FERREIRA
Presidente do Conselho Diretor

03/10/2013

Familiares de vítimas da Kiss vão ao MP

Uma comitiva de familiares de vítimas da tragédia da Boate Kiss visitou ontem à tarde a sede do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), em Porto Alegre, com a missão de tentar reverter o arquivamento do inquérito civil que investigou a atuação de agentes públicos para que acontecesse o incêndio que causou a morte de 242 pessoas em janeiro deste ano, em Santa Maria . O grupo entregou novas informações ao subprocurador-geral para assuntos jurídicos, o santa-mariiense Ivory Coelho Neto, para que esse material seja analisado pelo relator do processo, o procurador Marcelo Bandeira Pereira, antes de o caso ser analisado pelo 11 procuradores do Conselho Superior do MP-RS.

Foto Luiz Roese/ A Razão

Familiares de vítimas em reunião no Ministério Público Estadual

De acordo com o advogado Luiz Fernando Smaniotto, que representa a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) no caso, os fatos novos foram obtidos a partir de dois inquéritos da Polícia Civil, ainda em andamento, sobre a concessão de alvarás à Kiss.

A comitiva santa-mariense foi ao MP acompanhada pelo deputado federal Danrlei de Deus (PTB) e pelos deputados estaduais Zilá Breitenbach (PSDB) e Mano Changes (PP). O relator do processo no Conselho Superior do MP, Roberto Bandeira Pereira, disse que vaI analisar o material "com carinho". "Só não posso inventar moda para dar satisfação a um sentimento natural de dor", alertou Pereira. Já o subprocurador Ivory acredita que, em razão das novas informações levadas pelos familiares, talvez seja necessário fazer com que o caso volte a ser analisado pelos promotores de Santa Maria, os mesmos que decidiram em relação ao arquivamento. Se eles mantiverem sua posição em relação aos agentes da prefeitura, o Conselho Superior do MP ainda irá decidir se o caso será arquivado ou não.

Antes de ir até o MP, os familiares passaram ontem pelo escritório do deputado federal Nelson Marquezan (PSDB-RS) e pelo gabinete da deputada estadual Zilá Breitenbach, para pedir apoio.

ESTADO
PODE

Edital de
Incertos e
4ª Vara Cí
de: 30 dia
027/1.09.0
94.2009.8.
e outros.
sobre o i
"UM terre
urbana de
Constant,
leste ond
Benjamim
de extens
com o lot
Knapp
onde mede
com a pr
Maria
confront
João Alb
Arruda
seguind
ângulo
novame
novo
ultim

17 - SETEMBRO - 2013

28/11/2013

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS
E SOBREVIVENTES DA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA

Rio Grande do Sul – Brasil

Excelentíssimo Senhor Procurador Geral do Ministério Público de Santa Maria-RS

A Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer esclarecimentos em algumas questões, que seguem abaixo, após termos anexado vários documentos que fizeram o processo IC: 00864.00006/2013 MP, retornar de Porto Alegre - RS sem ser arquivado:

1. Quem é a pessoa que autorizou a criação um número novo para Rua dos Andradas; para com isso dar "ares" de legalidade a Concessão de alvarás da Boate Kiss?
2. Qual o responsável técnico que fez a vistoria para o bom cumprimento do TAC (que foi feito pelo MP de SM e a Prefeitura de Santa Maria) da Boate Kiss?
3. O Ministério Público de Santa Maria sabia da existência da Lei nº 3301 de 1991, que proibía a utilização de espuma em boates de Santa Maria?

Nestes termos,
Pede deferimento.

Santa Maria-RS, 15 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO - R
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA MARIA
RECEBIDO
EM 15/10/13
POR:

Adherbal Alves Ferreira – Walter Souza Cabistani
Presidente da AVTSM – Diretor de Assuntos Jurídicos

Rua Floriano Peixoto, 1184, Sala 601 – 6º Andar – Fone: (55) 92161318
E-mail: avtsmsecretaria@gmail.com CEP: 97.015-372 – Santa Maria/RS

08/11/2013

LIZIE ANTONELLO

KISS Dois inquéritos policiais investigam suposta fraude na elaboração de documentos e emissão irregular de alvarás para a abertura da boate

Documentos podem ter sido fraudados

Duas investigações da Polícia Civil, que vieram a público agora, reabrem o debate sobre a possível responsabilidade da prefeitura na tragédia da boate Kiss. Os inquéritos, que foram abertos em abril, apuram a suposta existência de fraude em documentos apresentados pelos donos da casa noturna para a obtenção de alvarás e a suposta aceitação, por parte do município, desses documentos que estariam em desconformidade com o que exige a legislação. A conclusão preliminar é que a boate nunca deveria ter recebido autorização do município para funcionar e, portanto, não deveria estar em operação em 27 de janeiro deste ano, quando um incêndio provocou a morte de 242 pessoas e deixou mais de 600 outras feridas.

A Polícia Civil fez a análise de documentos apresentados pela prefeitura, laudos técnicos e da legislação ano a ano, desde a abertura da danceteria em julho de 2009, para cada um dos alvarás necessários para o funcionamento da boate – sanitário, ambiental, dos bombeiros e de localização (que, em tese, reúne os demais e libera o estabelecimento para funcionar). A fase atual é de depoimentos. Já foram ouvidas todas as pessoas que assinaram laudos e documentos e os donos da danceteria na época da abertura, Alexandre Costa e Tiago Mutti. Nos próximos dias, uma equipe deve ir a Porto Alegre para ouvir os últimos sócios da boate, Elissandro Spohr, o Kiko, e Mauro Hoffmann.

Os inquéritos devem ser concluídos e remetidos à Justiça até o final deste ano. Não está descartado o indiciamento de servidores públicos municipais e de todos os proprietários.

Laudo acústico teria sido assinado por um dos sócios da boate

Durante o estudo documental, foram cruzados dados como datas de pedidos e de emissões de licenças, assinaturas dos responsáveis pela papelada em cada período, até a ocorrência da tragédia.

Entre as supostas irregularidades que estão sendo investigadas pela polícia, estão a suspeita de falsificação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O documento traz assinaturas de funcionários de estabelecimentos do entorno do prédio da casa noturna, na Rua dos Andradas, mas não dos moradores dos edifícios vizinhos que encaminharam abaixo-assinado reclamando do barulho causado pela boate. A investigação também aponta possível falsidade no laudo acústico, já que ele seria assinado por um engenheiro, Tiago Mutti, que também era sócio da Kiss, à época.

Caso a prefeitura não tivesse liberado esses alvarás, a boate Kiss não poderia ter aberto.

O delegado Sandro Meinerz coordena as investigações que estão sendo feitas por policiais civis, chefiados pela delegada Luisa Souza, em uma sala especial na sede da Delegacia Regional de Santa Maria.

– A Polícia Civil abriu os inquéritos porque tinha indícios de prática criminosa que tinham que ser apurados com base no dever legal que tem, assim como todo agente público – disse Meinerz.

OS INQUÉRITOS

Supostas fraudes no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e laudo acústico da Kiss – Apura possível fraude na elaboração dos documentos, aceitação deles pela prefeitura e emissão de alvarás em desconformidade com a legislação

Suposto crime ambiental – Investiga se houve crime ambiental (poluição sonora e descarte indevido de resíduos, por exemplo) pela Kiss e possível omissão por parte da prefeitura

ALGUMAS CONSTATAÇÕES

Confira conclusões prévias tiradas pela Polícia Civil nos inquéritos:

2009

Quando abriu, em julho de 2009, a boate não tinha os alvarás para o funcionamento – ambiental, sanitário e de localização (emitidos pela prefeitura) e de prevenção de incêndio (emitido pelos bombeiros)

A boate funcionou por oito meses sem licença da prefeitura. O primeiro alvará obtido foi o dos bombeiros, em 28 de agosto, com validade de um ano

A boate foi fiscalizada pela primeira vez pela Secretaria de Controle e Mobilidade em 1º de agosto, foi autuada para cessar atividades imediatamente e apresentar alvará de localização em cinco dias

A segunda autuação foi em 30 de agosto, com multa de R$ 97,62

Ainda em agosto, o Ministério Público começou a investigar denúncia de poluição sonora pela Kiss

No dia 7 de outubro, foi autuada por descumprir medidas anteriores e recebeu multa de R$ 390,48

Em 29 de outubro, foi expedido embargo das atividades. O embargo só seria cessado com apresentação de alvará de localização, mas ele só foi obtido em 2010, e a boate funcionou por todo ano de 2009 e continuou sendo multada

Em 27 de novembro, foi notificada e multada em R$ 1.952,40 por não ter licenças. No dia 11 de dezembro recebeu nova notificação e multa R$ 1.952,40 por não ter licenças. Em 12 de dezembro, outra notificação e multa de R$ 3.904,80

A prefeitura informou que a notificação de 27 de novembro foi lançada em dívida corrente em 16 de dezembro, mas não há comprovante do lançamento, nem de pagamento e nem de inscrição em dívida ativa. As outras notificações foram lançadas em dívida corrente. A boate pediu impugnação. O indeferimento saiu 23 meses depois. Foram lançadas em dívida ativa, mas não foram enviadas para o Cadastro de Informações Municipais (Cadim) – a inscrição no Cadim impede a liberação de alvará de localização

Conclusão – Funcionou sem licenças da prefeitura em 2009, desrespeitou medida de embargo, tinha dívidas, indícios de crime de poluição sonora e, mesmo assim, continuou funcionando

2010

Em 23 de março, protocolada Ficha de Inscrição Declarada (FID) requerendo alvará de localização. No mesmo dia, é registrado na FID a observação de "nada deve" na dívida ativa

No dia 25 de março, foi realizada primeira vistoria por funcionária da Secretaria de Finanças para obtenção do alvará. No documento da vistoria, os itens exigidos pelo Decreto 32 para funcionamento da boate não estão preenchidos, consta apenas a palavra "rasura". Na época, a boate tinha apenas os alvarás dos bombeiros e ambiental, portanto, não atendia os requisitos para obtenção do alvará de localização

A prefeitura expede o alvará de localização sem o alvará sanitário, com investigação por poluição sonora em andamento pelo MP e após vistoria da Finanças. Alvará tem data de abertura em 14 de abril de 2010, sendo que a boate estava aberta e contraindo dívidas desde julho de 2009

Conclusão – O alvará de localização não deveria ter sido emitido e, tendo, deveria ter sido cassado, já que não haviam sido atendidos os requisitos legais para a abertura. Ciente da falta dos alvarás, as secretarias envolvidas não comunicaram a de Finanças, o que poderia ter evitado a emissão do alvará de localização – a Lei Municipal 5.189 de 2009 estabelece a estrutura, organização e funcionamento do Poder Executivo Municipal, que determina a integração entre os setores da administração, entre outras coisas

2011

No dia 4 de janeiro, foi emitido novo boletim de vistoria do alvará de localização, com taxa de R$ 684,67. No mesmo boletim consta que a vistoria de 25 de março de 2009 gerou uma taxa de R$ 950,82, com vencimento em 14 de maio de 2010. Porém, não consta pagamento, nem lançamento em dívida ativa e nem ao Cadim. Ainda constam observações: "contribuinte com cadastro normal, apresentou toda a documentação" – mas, na data, a boate não tinha alvará sanitário (foi expedido em 30 de agosto), nem dos bombeiros (só foi expedido em 11 de agosto) e nem o ambiental, que venceu em 4 de março e não foi renovado em 2011

Em 22 de setembro, a prefeitura responde a ofício do MP, dizendo que a licença ambiental da boate está vencida e não existe protocolo de renovação. Mesmo assim, não é feita fiscalização no local sob argumento de que a competência ambiental era do MP

Conclusão – Também em 2011, a prefeitura teria tido elementos para ter proibido o funcionamento da Kiss, cassado o alvará, mas, ao contrário, liberou o funcionamento dizendo que havia toda a documentação

2012

Em 19 de abril, é emitido boletim de vistoria de localização, com valor de taxa de R$ 684,67, mas não há comprovante de pagamento. No boletim, constam observações com as validades do alvará dos bombeiros, em 10 de agosto, e do PPCI, em 31 de junho de 2011. Sobre o alvará sanitário, consta validade até 31 de março e a observação "ok"

Conclusão – A Kiss continuou funcionando em 2012 em desconformidade com a legislação, já que estava com alvarás sanitário e dos bombeiros vencidos

O QUE DIZEM*

"Não estou a par da investigação [...] dezembro, fará quatro anos que sa[...] boate (sociedade). Até dezembro [...] 2009, enquanto ainda era sócio, [...] cometi nenhuma irregularidade. [...] de acordo com o que a prefeitur[...]"

Tia[...]
engenheiro, ex-sócio[...]

"Não tenho conhecimento des[...] ritos, do que tratam. Não fui c[...] pela polícia."

Jade[...]
advogado de Elissandro S[...]

"Não tenho conhecimento d[...] tigação. Mas não têm implic[...] relação ao Mauro, porque [...] desses documentos foi em[...] da dele na sociedade. Nem [...] de impacto de vizinhança [...] foi emitido depois que ele [...] sócio da boate."

advogado de M[...]

"Desconhecemos nov[...] que envolvam servidor[...] da prefeitura."

procuradora[...]

* O Diário tentou co[...] Costa, ex-sócio da [...] para o celular caiu[...] O jornal deixou rec[...] Tentou ainda outro[...] as próximas à C[...] que ele estaria em[...] em Florianópolis

Tribunal de Justiça

ociação de Familiares

aso Kiss

QUÉRITOS

raudes no Estudo de
zinhança (EIV) e laudo
ss – Apura possível
ração dos documentos,
pela prefeitura e emis-
em desconformidade
o
ne ambiental – Investiga
ambiental (poluição
te indevido de resíduos,
la Kiss e possível
te da prefeitura

Confira conclusões prévias

2009

Quando abriu, em julho de 2009, a boate não tinha os alvarás para o funcionamento – ambiental, sanitário e de localização (emitidos pela prefeitura) e de prevenção de incêndio (emitido pelos bombeiros)

A boate funcionou por oito meses sem licença da prefeitura. O primeiro alvará obtido foi o dos bombeiros, em 28 de agosto, com validade de um ano

A boate foi fiscalizada pela primeira vez pela Secretaria de Controle e Mobilidade em 1º de agosto, foi autuada para cessar atividades imediatamente e apresentar alvará de localização em cinco dias

A segunda autuação foi em 30 de agosto, com multa de R$ 97,62

Ainda em agosto, o Ministério Público começou a investigar denúncia de poluição sonora pela Kiss

No dia 7 de outubro, foi autuada por descumprir medidas anteriores e recebeu multa de R$ 390,48

Em 29 de outubro, foi expedido embargo das atividades. O embargo só seria cessado com apresentação de alvará de localização, mas ele só foi obtido em 2010, e a boate funcionou por todo ano de 2009 e continuou sendo multada

Em 27 de novembro, foi notificada e multada em R$ 1.952,40 por não ter licenças. No dia 11 de dezembro recebeu, nova notificação e multa R$ 1.952,40 por não ter licenças. Em 17 de dezembro, outra notificação e multa de R$ 3.904,80

A prefeitura informou que a notificação de 27 de novembro foi lançada em dívida corrente em 16 de dezembro, mas não há comprovante do lançamento, nem de pagamento e nem de inscrição em dívida ativa. As outras notificações foram lançadas em dívida corrente. A boate pediu impugnação. O indeferimento saiu 23 meses depois. Foram lançadas em dívida ativa, mas não foram enviadas para o Cadastro de Informações Municipais (Cadim) – a inscrição no Cadim impede a liberação de alvará de localização

Conclusão – Funcionou sem licenças da prefeitura em 2009, desrespeitou medida de embargo, tinha dívidas, indícios de crime de poluição sonora e, mesmo assim, continuou funcionando

Em 23 de
protocolada
Inscrição D
requerendo
localização
dia, é regis
observaçã
ativa

No dia
primeira v
Secretaria
do alvará
os itens
funciona
preenchi
"rasura"
apenas
ambient
requisito
localiza

08/11/2013

Confira conclusões pr...

ará de localização,
em 2010, e a
odo ano de 2009 e
ada
o, foi notificada
2,40 por não ter
ecebeu, nova no-
não ter licenças.
ção e multa de

ficação de 27 de
rrente em 16 de
e do lança-
le inscrição em
foram lançadas
mpugnação.
ois. Foram
oram enviadas
nicipais (Cadim)
eração de alvará

nças da prefei-
de embargo,
luição sonora

2010

Em 23 de março, protocolada Ficha de Inscrição Declarada (FID) requerendo alvará de localização. No mesmo dia, é registrado na FID a observação de "nada deve" na dívida ativa

No dia 25 de março, foi realizada primeira vistoria por funcionária da Secretaria de Finanças para obtenção do alvará. No documento de vistoria, os itens exigidos pelo Decreto 32 para funcionamento da boate não estão preenchidos, consta apenas a palavra "rasura". Na época, a boate tinha apenas os alvarás dos bombeiros e ambiental, portanto, não atendia os requisitos para obtenção do alvará de localização

Smaniotto e nós

A prefeitura expede o alvará de localização sem o alvará sanitário, com investigação por poluição sonora em andamento pelo MP e após vistoria da Finanças. Alvará tem data de abertura em 14 de abril de 2010, sendo que a boate estava aberta e contraindo dívidas desde julho de 2009

Conclusão – O alvará de localização não deveria ter sido emitido e, sendo, deveria ter sido cassado, já que não haviam sido atendidos os requisitos legais para a abertura. Cientes da falta dos alvarás, as secretarias envolvidas não comunicaram a de Finanças, o que poderia ter evitado a emissão do alvará de localização – a Lei Municipal 5.189 de 2009 estabelece a estrutura, organização e funcionamento do Poder Executivo Municipal, que determina a integração entre os setores da administração, entre outras coisas

No dia 4 de j
vistoria do alva
684,67. No me
25 de março d
com vencimen
não consta pa
ativa e nem a
"contribuinte
a documenta
alvará sanitár
dos bombeiro
nem o ambie
foi renovado

Em 22 de
de MP, dizen
vencida e nã
assim, não é
de que a co

08/11/2013

Civil nos inquéritos:

10

A prefeitura expede o alvará de localização sem o alvará sanitário, com investigação por poluição sonora em andamento pelo MP e após vistoria da Finanças. Alvará tem data de abertura em 14 de abril de 2010, sendo que a boate estava aberta e contraindo dívidas desde julho de 2009

Conclusão – O alvará de localização não deveria ter sido emitido e, sendo, deveria ter sido cassado, já que não haviam sido atendidos os requisitos legais para a abertura. Cientes da falta dos alvarás, as secretarias envolvidas não comunicaram a de finanças, o que poderia ter evitado emissão do alvará de localização a Lei Municipal 5.189 de 2009 estabelece a estrutura, organização funcionamento do Poder Executivo Municipal, que determina a integração entre os setores da administração, entre outras coisas

2011

No dia 4 de janeiro, foi emitido novo boletim de vistoria do alvará de localização, com taxa de R$ 684,67. No mesmo boletim consta que a vistoria de 25 de março de 2009 gerou uma taxa de R$ 650,82, com vencimento em 14 de maio de 2010. Porém, não consta pagamento, nem lançamento em dívida ativa e nem ao Cadim. Ainda constam observações: "contribuinte com cadastro normal, apresentou toda a documentação" – mas, na data, a boate não tinha alvará sanitário (foi expedido em 30 de agosto), nem dos bombeiros (só foi expedido em 11 de agosto) e nem o ambiental, que venceu em 4 de março e não foi renovado em 2011

Em 22 de setembro, a prefeitura responde a ofício de MP, dizendo que a licença ambiental da boate está vencida e não existe protocolo de renovação. Mesmo assim, não é feita fiscalização no local sob argumento de que a competência ambiental era do MP

Conclusão – Também em 2011, a prefeitura teria tido elementos para ter proibido o funcionamento da Kiss, cassado o alvará, mas, ao contrário, liberou o funcionamento dizendo que havia toda a documentação

2012

Em 19 de abril, é emitido boletim de vistoria de localização, com valor de taxa de R$ 684,67, mas não há comprovante de pagamento. No boletim, constam observações com as validades do alvará dos bombeiros, em 10 de agosto, e do PPCI, em 31 de junho de 2011. Sobre o alvará sanitário, consta validade até 31 de março e a observação "ok"

Conclusão – A Kiss continuou funcionando em 2012 em desconformidade com a legislação, já que estava com alvarás sanitário e dos bombeiros vencidos

O QUE DIZEM*

"Não estou a par da investigação. Em dezembro, fará quatro anos que saí da boate (sociedade). Até dezembro de 2009, enquanto ainda era sócio, não cometi nenhuma irregularidade. Fiz tudo de acordo com o que a prefeitura pediu."

Tiago Mutti,
engenheiro, ex-sócio da Kiss

"Não tenho conhecimento dos inquéritos, do que tratam. Não fui chamado pela polícia."

Jader Marque
advogado de Elissandro Spohr, o Ki

"Não tenho conhecimento da investigação. Mas não têm implicação em relação ao Mauro, porque a emissão desses documentos foi anterior a ent da dele na sociedade. Nenhum laudo de impacto de vizinhança ou acústico foi emitido depois que ele passou a s sócio da boate."

Mário Cip
advogado de Mauro Hoffm

"Desconhecemos novas investigaç que envolvam servidores ou secret da prefeitura."

Anny De
procuradora-geral do mu

08/11/2013

O Diário tentou contato com A
Costa, ex-sócio da Kiss, mas as l
para o celular caíram na caixa po
O jornal deixou recado na caixa p